



**Poder Judiciário do Maranhão
Tribunal de Justiça**

CLIPPING IMPRESSO

05/11/2014

INDICE

1. JORNAL A TARDE	
1.1. DECISÕES.....	1
1.2. TJ 201 ANOS.....	2
1.3. UNIDADE DE MONITORAMENTO CARCERÁRIO.....	3 - 4
2. JORNAL AQUI	
2.1. UNIDADE DE MONITORAMENTO CARCERÁRIO.....	5
3. JORNAL CORREIO DE NOTICIAS	
3.1. SEM ASSUNTO.....	6
4. JORNAL ESTADO DO MARANHÃO	
4.1. TJ 201 ANOS.....	7
4.2. VARA DA FAZENDA PÚBLICA.....	8 - 11
5. JORNAL EXTRA	
5.1. FÓRUM DE SÃO LUÍS.....	12
6. JORNAL O DEBATE	
6.1. TJ 201 ANOS.....	13
6.2. UNIDADE DE MONITORAMENTO CARCERÁRIO.....	14
7. JORNAL O IMPARCIAL	
7.1. TJ 201 ANOS.....	15 - 17
8. JORNAL O QUARTO PODER	
8.1. FÓRUM DE SÃO LUÍS.....	18
9. JORNAL PEQUENO	
9.1. DECISÕES.....	19
9.2. EVENTOS.....	20
9.3. FÓRUM DE SÃO LUÍS.....	21
9.4. VARA DA FAZENDA PÚBLICA.....	22

Editora Globo deverá indenizar clientes de São Luís por prática abusiva



A Editora Globo foi condenada ao custeio de passagens aéreas ou pagamento de indenização correspondente, além de dano moral, a clientes de São Luís que participaram das promoções da editora "Assinou, Viajou" e "Vem Voando Assinar" e deixaram de receber as passagens conforme o prometido nas ações. A decisão é da 1ª Câmara Cível, que manteve sentença da 4ª Vara Cível de São Luís.

A Promotoria de Defesa do Consumidor ajuizou ação civil pública contra a Editora Globo, afirmando que recebeu várias denúncias de clientes que teriam participado das promoções divulgadas nacionalmente. Elas consistiam na obtenção de passagens aéreas para qualquer lugar do país pela com-

panhia Transbrasil, como brinde pela assinatura conjunta das revistas "Quem" e "Época" em dezembro de 2001.

Segundo os clientes, as passagens não puderam ser utilizadas porque a companhia deixou de operar na cidade e a empresa não providenciou a substituição, o que teria configurado prática abusiva conforme o Código de Defesa do Consumidor (CDC).

A Editora recorreu negando o prejuízo econômico dos clientes e alegando a inexistência de ato ilícito passível de indenização, por culpa exclusiva de terceiro, uma vez que teria confiado na aparente e notória idoneidade da companhia aérea sem poder prever a falência.

TJMA entrega medalhas em sessão comemorativa de 201 anos de aniversário da Corte



Várias autoridades prestigiaram a solenidade

O Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) homenageou 21 pessoas, dentre autoridades, servidores e outros colaboradores do Judiciário, durante solenidade comemorativa dos 201 anos de instalação da Corte nesta terça (4). Foram entregues aos agraciados a Medalha dos Bons Serviços Bento Moreira Lima, a Medalha do Mérito Judiciário Desembargador Antônio Rodrigues Vellozo e a Medalha Especial do Mérito Cândido Mendes.

A presidente do TJMA, desembargadora Cleonice Freire, presidiu a sessão so-

ne que lotou a Sala das Sessões Plenárias. A Medalha Antônio Rodrigues Vellozo, concedida a magistrados, membros do Ministério Público, advogados, deputados estaduais e federais, serventuários ou outras personalidades de comprovada idoneidade moral e reconhecido merecimento, aferido pela prática de atos ou serviços relevantes em favor do Judiciário, foi entregue a 18 pessoas.

“É uma data para refletir e reassumir o compromisso de lutar por um Judiciário cada vez mais forte, indepen-

dente e autônomo, voltado para o cidadão e comprometido com as causas sociais”, disse a presidente.

Os desembargadores que propuseram os nomes dos homenageados foram os responsáveis pela entrega das comendas e respectivos diplomas. Kleber Carvalho entregou às procuradoras de justiça Regina de Almeida Rocha e Terezinha Guerreiro.

Jorge Rachid homenageou o procurador do Estado Carlos Santana Lopes e o advogado Adroaldo Souza. Marcelo Carvalho Silva en-

tregou a medalha ao deputado federal Domingos Dutra e à servidora Malvina Pereira da Costa.

Cleones Cunha entregou à juíza aposentada Maria da Conceição Mendonça, enquanto o decano Bayma Araújo fez a entrega ao médico e empresário Antonio Leite Andrade. Lourival Se-rejo homenageou o juiz federal Ricardo Felipe Macieira e o reitor da UFMA, Natalino Salgado Filho.

A presidente Cleonice Freire entregou a medalha e o diploma ao deputado Arnaldo Melo. Paulo Velten entregou ao advogado Ítalo Azevedo, enquanto Angela Salazar homenageou a promotora de justiça Sirlei Rodrigues e a tabeliã Maria Ester Sampaio.

Maria das Graças Duarte fez a entrega ao procurador de justiça aposentado Daniel Ribeiro da Silva e ao advogado João Batista Sandes.

A vice-presidente Anildes Cruz entregou ao coronel da PM Francisco Jeferson Araújo Teles. A corregedora-geral Nelma Sarney fez a entrega à procuradora de justiça Mariléa Campos dos Santos, homenagem esta proposta pelo desembargador Jamil Ge-deon.

TORNOZELEIRAS ELETRÔNICAS

O uso de tornozeleiras para monitorar presos provisórios na Comarca da Ilha de São Luís passou a ser uma realidade. Os presos provisórios que cometeram crimes de menor potencial ofensivo, cabendo, conforme legislação vigente, a aplicação da medida substitutiva de prisão em ambiente fechado para prisão domiciliar utilizarão o recurso e farão parte de um pacto de implementação de alternativas penais firmado entre Tribunal de Justiça, Corregedoria da Justiça e Governo do Estado, por meio da Secretária de Justiça e Administração Penitenciária (Sejap) e o Ministério da Justiça.

As tornozeleiras contam com dispositivo eletrônico que permite acompanhar o tra-

jeto do portador. Caso ele descumpra o estabelecido nos termos de aceitação e de compromisso, a exemplo de sair de um determinado limite geográfico ou fazer rotas diferentes das estabelecidas, um sinal é enviado para a central. Nesse momento é feita uma comunicação ao juiz responsável pelo réu, que por sua vez expede uma ordem de prisão, cumprida em uma unidade prisional.

Os réus serão acompanhados por uma equipe multidisciplinar do Núcleo de Monitoramento de Egressos (Numege) da Sejap, que fazem visitas periódicas a essas pessoas. O acompanhamento contribui para a efetivação do monitoramento eletrônico.

Serviço online garante assistência a apenados do sistema prisional

Serviço implantado pela Unidade de Monitoramento do Tribunal de Justiça do Maranhão (UMF-TJMA) permite a qualquer interessado cadastrar solicitação de assistência ou denunciar casos que envolvam irregularidades no sistema prisional do Estado. O sistema está disponível no Portal do Poder Judiciário (www.tjma.jus.br), na seção "cidadão", no link do "monitoramento carcerário".

Com o sistema, que auxilia no trabalho da Unidade de Monitoramento Carcerário, é possível às partes, familiares, advogados, assistentes sociais ou mesmo juízes solicitar emissão de documentos pessoais para encarcerados, incluir apenados e egressos em curso de qualificação profissional,

acessar informações sobre processos em andamento, sugerir inspeções, regularizar guia de internação, além de consultar a disponibilidade de vagas de trabalho no Programa Começar de Novo, entre outros serviços.

Ao acessar o sistema o usuário vai poder acompanhar o andamento da solicitação até seu fechamento, por meio do número de protocolo. A UMF tem o prazo máximo de 20 dias para solucionar ou responder à solicitação, de acordo com meta interna do TJMA.

O pedido é feito com o fornecimento de dados pessoais e informações acerca do processo ou relato do caso a ser analisado. Caso se trate de questão que não seja da competência do Judiciário, a UMF encaminhará

a solicitação à Secretaria Estadual de Justiça (SEJAP) ou outro órgão competente.

De acordo com o coordenador geral da unidade, desembargador Froz Sobrinho, o novo serviço ajuda o cidadão ou autoridades no acompanhamento de processos, servindo ainda como intermediário entre o Judiciário e as partes ou familiares, que muitas vezes não compreendem os procedimentos jurídicos relacionados ao sistema prisional.

"Os pedidos e denúncias serão cadastrados no sistema de forma sigilosa, garantindo a segurança dos usuários", informa o coordenador executivo da UMF, Ariston Apoliano Júnior.

SIGILO - O diretor de Informática do TJMA, Jorge Oliveira, explica que siste-

ma foi especificado e desenvolvido pelo próprio corpo técnico do Tribunal de Justiça e atende aos padrões de desenvolvimento, suporte operacional, segurança da informação, interoperabilidade e outros procedimentos técnicos recomendados pelo Comitê Nacional de Gestão de Tecnologia da Informação e Comunicação do Poder Judiciário, aprovados pela Comissão de Tecnologia e Infraestrutura do CNJ.

"A iniciativa está alinhada aos objetivos estratégicos da gestão da presidente do Tribunal de Justiça, desembargadora Cleonice Freire, incluindo-se entre a as medidas para aprimorar a comunicação com o público externo, facilitar o acesso à Justiça e promover a cidadania", afirma Jorge Oliveira.

▷ MONITORAMENTO CARCERÁRIO

Serviço on-line garante assistência a detentos

Serviço implantado pela Unidade de Monitoramento do Tribunal de Justiça do Maranhão (UMF-TJMA) permite a qualquer interessado cadastrar solicitação de assistência ou denunciar casos que envolvam irregularidades no sistema prisional do Estado. O sistema está disponível no Portal do Poder Judiciário (www.tjma.jus.br), na seção "cidadão", no link do "monitoramento carcerário".

Com o sistema, que auxilia no trabalho da Unidade de Monitoramento Carcerário, é possível às partes, familiares, advogados, assistentes sociais ou mesmo juízes solicitar emissão de documentos pessoais para encarcerados, incluir apenados e egressos em curso de qualificação profissional, acessar informações sobre processos em andamento, sugerir inspeções, regularizar guia de internação, além de consultar a disponibilidade de vagas de trabalho no Programa Começar de Novo, entre outros serviços.

Ao acessar o sistema o usuário vai poder acompanhar o andamento da solicitação até seu fechamento, por meio do número de protocolo. A UMF tem o prazo máximo de 20 dias para solucionar ou responder à solicitação, de acordo com meta interna do TJMA.

O pedido é feito com o fornecimento de dados pessoais e informações acerca do processo ou relato do caso a ser analisado. Caso se trate de questão que não seja da competência do Judiciário, a UMF encaminhará a solicitação à Secretaria Estadual

de Justiça (Sejap) ou outro órgão competente.

De acordo com o coordenador geral da unidade, desembargador Froz Sobrinho, o novo serviço ajuda o cidadão ou autoridades no acompanhamento de processos, servindo ainda como intermediário entre o Judiciário e as partes ou familiares, que muitas vezes não compreendem os procedimentos jurídicos relacionados ao sistema prisional.

"Os pedidos e denúncias serão cadastrados no sistema de forma sigilosa, garantindo a segurança dos usuários", informa o coordenador executivo da UMF, Ariston Apoliano Júnior.

SIGILO

O diretor de Informática do TJMA, Jorge Oliveira, explica que sistema foi especificado e desenvolvido pelo próprio corpo técnico do Tribunal de Justiça e atende aos padrões de desenvolvimento, suporte operacional, segurança da informação, interoperabilidade e outros procedimentos técnicos recomendados pelo Comitê Nacional de Gestão de Tecnologia da Informação e Comunicação do Poder Judiciário, aprovados pela Comissão de Tecnologia e Infraestrutura do CNJ.

"A iniciativa está alinhada aos objetivos estratégicos da gestão da presidente do Tribunal de Justiça, desembargadora Cleonice Freire, incluindo-se entre as medidas para aprimorar a comunicação com o público externo, facilitar o acesso à Justiça e promover a cidadania", afirma Jorge Oliveira.

SISTEMA PENITENCIÁRIO

Serviço on-line do TJMA garante assistência a apenados

Um serviço criado pela Unidade de Monitoramento do Tribunal de Justiça do Maranhão (UMF/TJ-MA) permite a qualquer interessado cadastrar solicitação de assistência ou delatar casos que envolvam irregularidades no sistema prisional do Estado. O sistema está disponível no site do Poder Judiciário, na seção "Cidadão", no link "Monitoramento Carcerário".

Ao acessar o sistema, o usuário poderá acompanhar o andamento da solicitação até seu fechamento, por meio do número de protocolo. A UMF tem o prazo máximo de 20 dias para solucionar ou

responder à solicitação, de acordo com meta interna do TJ-MA.

O pedido é feito com o fornecimento de dados pessoais e informações acerca do processo ou relato do caso a ser analisado. Caso se trate de questão que não seja da competência do Judiciário, a UMF encaminhará a solicitação à Secretaria Estadual de Justiça (Sejap) ou outro órgão competente.

Com o sistema, que auxilia no trabalho da Unidade de Monitoramento Carcerário, é possível às partes, familiares, advogados, assistentes sociais ou juizes soli-

citar emissão de documentos pessoais para encarcerados, incluir apenados e egressos em curso de qualificação profissional, acessar informações sobre processos em andamento, sugerir inspeções, regularizar guia de internação, além de consultar a disponibilidade de vagas de trabalho no Programa Começar de Novo, entre outros serviços.

De acordo com o coordenador geral da unidade, desembargador Froz Sobrinho, o novo serviço ajuda o cidadão ou autoridades no acompanhamento de processos, servindo ainda como intermediário entre o Judiciário e as partes ou fa-

miliares, que muitas vezes não compreendem os procedimentos jurídicos relacionados ao sistema prisional.

O diretor de Informática do TJ-MA, Jorge Oliveira, explica que sistema foi especificado e desenvolvido pelo próprio corpo técnico do Tribunal de Justiça e atende aos padrões de desenvolvimento, suporte operacional, segurança da informação, interoperabilidade e outros procedimentos técnicos recomendados pelo Comitê Nacional de Gestão de Tecnologia da Informação e Comunicação do Poder Judiciário, aprovados pela Comissão de Tecnologia e Infraestrutura do CNJ.

Transparente

Em discurso durante a solenidade comemorativa dos 201 anos de instalação do Tribunal de Justiça, o desembargador Lourival Serejo fez uma espécie de desabafo.

Disse que o Judiciário paga caro por ser "ultra-transparente", mas hoje um poder maduro para enfrentar críticas, até mesmo as injustas.

- Hoje sabemos diagnosticar e apontar todas as nossas falhas. Enfrentamos com serenidade todas as críticas, mesmo as injustas. Seguimos sendo um Poder em permanente estado de aprimoramento e evolução - declarou.

Prefeitura de São Luís deve multa de R\$ 1,1 mi

Valor é referente ao não cumprimento do Termo de Ajustamento de Conduta firmado com o Ministério Público para solucionar a crise no transporte público de São Luís. **Cidades 2**

"Nós estamos fazendo o trabalho de acordo com a nossa competência. Mas esse é um processo lento, que demanda muito tempo e estamos fazendo a nossa parte"

Cícero Dias, 4ª Vara da Fazenda Pública de São Luís, sobre uma possível intervenção na SMTT. **Em Cidades 2**



Prefeitura deve R\$ 1,1 milhão em multa por não cumprir TAC

Termo de Ajustamento de Conduta para melhorar o sistema de transporte público de São Luís foi firmado com o Ministério Público em 2010; sem cumprimento do acordo, multa de R\$ 20 mil por dia está sendo cobrada desde o mês de setembro

Leandro Santos
Da equipe de **O Estado**

A multa que a Prefeitura de São Luís terá de pagar pelo descumprimento do Termo de Ajustamento de Conduta (TAC), que prevê melhorias no sistema de transporte coletivo da capital maranhense, chega hoje a R\$ 1.120.000,00. Durante entrevista à imprensa na manhã de ontem, no Fórum Desembargador Sarney Costa (Calhau), o juiz Cícero Dias, titular da 4ª Vara da Fazenda Pública de São Luís, disse que o Município tem até sexta-feira, dia 7, para se pronunciar sobre o não cumprimento das medidas propostas pelo TAC. Caso contrário, será nomeado um interventor para atuar na Secretaria Municipal de Trânsito e Transportes (SMTT).

O magistrado explicou que a Prefeitura foi notificada na segunda-feira, dia 3, para prestar os esclarecimentos sobre as ações que estão propostas pelo TAC, principalmente no que diz respeito à licitação do sistema de transporte, e foi dado um prazo de cinco dias para que a gestão municipal apresentasse a sua defesa, que se encerra nesta sexta-feira.



Quantidade insuficiente e qualidade precária de coletivos são alguns dos problemas dos Sistema de Transporte de São Luís

Intervenção - Expirado o prazo, caso o Município não apresente sua defesa, será feita a intervenção na SMTT. Nesse caso, o atual secretário Canindé Barros não será destituído do cargo, porém, será nomeada uma pessoa com conhecimento técnico, e de confiança do titular da 4ª Vara da Fazenda Pública, para conduzir as ações referentes ao processo li-

citatório e as outras medidas previstas pelo TAC. "Nós estamos fazendo o trabalho de acordo com a nossa competência. Mas esse é um processo lento, que demanda muito tempo e estamos fazendo a nossa parte", disse o juiz Cícero Dias.

Paralelamente a essa situação, o Prefeitura terá de arcar com os custos da multa que já ultrapassa R\$ 1 milhão pelo descumprimento dos termos previstos pelo TAC. O valor da multa é R\$ 20 mil por dia, proposta pelo Ministério Público, e está sendo aplicada desde setembro.

Processo - Consta no pedido do Ministério Público a intervenção judicial da SMTT, para que seja nomeado um interventor para atuar na secretaria. De acordo com pedido da titular da Promo-

toria do Consumidor, Lítia Cavallanti, após ajuizamento de Ação Civil Pública no ano de 2010, houve a formalização de um TAC em novembro de 2011, no qual a secretaria assumiu compromisso de realizar licitação do sistema de transporte em 180 dias.

Como não foi cumprido, em junho de 2012 o TAC foi renovado com um aditivo contendo outras obrigações. O prazo para cumprimento dele expirou em maio de 2013 e, com isso, a SMTT solicitou novo aditivo ao termo e com prazo a vencer em novembro do mesmo ano. Mas o termo novamente foi descumprido, resultando em mais um pedido de aditivo que terminou em julho deste ano.

O Ministério Público, alegando que, apesar de todas as medi-

das legais adotadas pelo órgão ministerial, nada havia sido feito pelo Município para implementar as melhorias necessárias no transporte público no prazo judicialmente determinado, ingressou na 4ª Vara da Fazenda Pública, no dia 21 de outubro, com pedido de execução forçada do termo, além de pedir a intervenção na SMTT.

Por meio de nota encaminhada na tarde de ontem, a Prefeitura de São Luís informou que a Procuradoria Geral do Município (PGM) aguardará a notificação oficial para se manifestar nos autos dentro do prazo legal.



Mais na versão digital
oestadoma.com.br

Ações do interventor

- **Iniciar a licitação** para as linhas de transporte coletivo
- **Iniciar a licitação para contratar** empresa habilitada para a identificação biométrica dos passageiros
- **Combater as fraudes** decorrentes do uso ilícito do cartão de transporte
- **Implementar ações** destinadas a coibir o transporte irregular de passageiros realizado por meio de veículos particulares
- **Elaborar um plano** de ações para implementar melhorias no sistema de transporte coletivo de São Luís

Exposição fotográfica vai ser aberta nesta quinta-feira no Fórum Sarney Costa

Está marcada para as seis da tarde desta quinta-feira (6), no Fórum Sarney Costa, a abertura da I Exposição Fotográfica Integração e Cidadania. A solenidade de abertura vai contar com o Diretor do Fórum de Justiça de São Luís, juiz Osmar Gomes dos Santos e, na oportunidade, a apresentação de um grupo de chorinho da Escola de Música do Estado do Maranhão e um coquetel.

A mostra consiste na ex-

posição de fotos de 17 fotógrafos profissionais e amadores maranhenses e tem a finalidade de fomentar nossa arte junto à comunidade jurídica. O evento tem o apoio da Corregedoria Geral da Justiça. Participarão da mostra: Alberto Jorge Ferreira, Alexandre Braule, Emannuely Luz, Luana Gomes, Maria Thereza Gomes, Maurício Vieira, Mônica Ramos, Rosane Mousinho, Thiago Ramos, Lorena Borba, Luis Marcelo Lord, Luiz Pi-

res, Maurício Vieira, Vanessa Serra, Débora de Santalúcia e Raimunda Pinheiro. O desembargador do Tribunal do Justiça do Maranhão, Lourival Serejo, também integrará a exposição. Cada fotógrafo vai expor entre cinco e três fotos.

A entrega das obras – impressas e prontas para a exposição – foram feitas durante a terça (4), na Biblioteca Des. Juvenil Amorim Ewerton, localizada no térreo do Fórum de São Luís, no Calhau. A ex-

posição fotográfica ficará em cartaz até o dia 5 de dezembro de 2014.

Inscrições - As inscrições para exposição foram abertas no final do mês de setembro, por meio do Edital 02 / 2014, da Diretoria do Fórum Desembargador Sarney Costa. De acordo com o edital, participam fotógrafos profissionais e amadores, com direito a inscrever até 10 trabalhos de sua autoria (própria ou compartilhada).

'201 ANOS'

TJMA entrega medalhas em sessão comemorativa de aniversário da Corte

O Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) homenageou 21 pessoas, dentre autoridades, servidores e outros colaboradores do Judiciário, durante solenidade comemorativa dos 201 anos de instalação da Corte nesta terça (4). Foram entregues aos agraciados a Medalha dos Bons Serviços Bento Moreira Lima, a Medalha do Mérito Judiciário Desembargador Antônio Rodrigues Vellozo e a Medalha Especial do Mérito Cândido Mendes.

A presidente do TJMA, desembargadora Cleonice Freire, presidiu a sessão solene que lotou a Sala das Sessões Plenárias. A Medalha Antônio Rodrigues Vellozo, concedida a magistrados, membros do Ministério Público, advogados, deputados estaduais e federais, serventuários ou outras personalidades de comprovada idoneidade moral e reconhecido merecimento, aferido pela prática de atos ou serviços relevantes em favor do Judiciário, foi entregue a 18 pessoas.

Os desembargadores que propuseram os nomes dos ho-

menageados foram os responsáveis pela entrega das comendas e respectivos diplomas. Kleber Carvalho entregou às procuradoras de justiça Regina de Almeida Rocha e Tereziinha Guerreiro.

Jorge Rachid homenageou o procurador do Estado Carlos Santana Lopes e o advogado Adroaldo Souza. Marcelo Carvalho Silva entregou a medalha ao deputado federal Domingos Dutra e à servidora Malvina Pereira da Costa.

Cleones Cunha entregou à juíza aposentada Maria da Conceição Mendonça, enquanto o decano Bayma Araújo fez a entrega ao médico e empresário Antonio Leite Andrade. Lourival Serejo homenageou o juiz federal Ricardo Felipe Macieira e o reitor da UFMA, Natalino Salgado Filho.

A presidente Cleonice Freire entregou a medalha e o diploma ao deputado Arnaldo Melo. Paulo Velten entregou ao advogado Ítalo Azevedo, enquanto Angela Salazar homenageou a promotora de justiça Sirlei Rodrigues e a tabeliã Maria Ester Sampaio.

Maria das Graças Duarte fez a entrega ao procurador de justiça aposentado Daniel Ribeiro da Silva e ao advogado João Batista Sandes.

A vice-presidente Anildes Cruz entregou ao coronel da PM Francisco Jeferson Araújo Teles. A corregedora-geral Nelma Sarney fez a entrega à procuradora de justiça Mariléa Campos dos Santos, homenagem esta proposta pelo desembargador Jamil Gedeon.

Já a Medalha Bento Moreira Lima foi concedida aos juízes Kariny Pereira Reis e Rodrigo Costa Nina, que completaram dez anos de exercício na magistratura. Os dois receberam a comenda das mãos da desembargadora Nelma Sarney.

Por fim, a desembargadora Maria das Graças Duarte entregou a Medalha Cândido Mendes a Clay Lago, viúva do ex-governador Jackson Lago, homenageado in memoriam. A comenda presta homenagem a desembargadores, governador, ministros de tribunais superiores, ministro de estado, senadores e presidente da República.

A Procuradora Geral de Justiça, Regina Lúcia de Almeida Rocha, falou em nome de todos os homenageados e rendeu agradecimentos ao TJMA pelo reconhecimento da atuação de cada um dos agraciados. Ela destacou a relevância da função do Poder Judiciário como último recurso do cidadão, enquanto instituição forte e independente que contribui para uma sociedade mais justa e igualitária.

"Todos necessitamos de instituições fortes no combate às mazelas da sociedade, a exemplo das intoleráveis manifestações discriminatórias contra o Nordeste e seu povo, praticadas por pessoas que ainda não possuem amadurecimento, tanto político, como cidadãos de uma República Federativa, quanto pessoal", concluiu, ressaltando o papel de cada cidadão na defesa e fortalecimento das instituições democráticas na garantia do bem comum, sobretudo em momentos em que a sociedade pede por mudanças.



Várias autoridades prestigiaram a solenidade

TJMA

Serviço online garante assistência a apenados do sistema prisional

Serviço implantado pela Unidade de Monitoramento do Tribunal de Justiça do Maranhão (UMF-TJMA) permite a qualquer interessado cadastrar solicitação de assistência ou denunciar casos que envolvam irregularidades no sistema prisional do Estado. O sistema está disponível no Portal do Poder Judiciário (www.tjma.jus.br), na seção "cidadão", no link do "monitoramento carcerário".

Com o sistema, que auxilia no trabalho da Unidade de Monitoramento Carcerário, é possível às partes, familiares, advogados, assistentes sociais ou mesmo juízes solicitar emissão de documentos pessoais para encarcerados, incluir apenados e egressos em curso de qualificação profissional, acessar informações sobre processos em andamento, sugerir inspeções, regularizar guia de

internação, além de consultar a disponibilidade de vagas de trabalho no Programa Começar de Novo, entre outros serviços.

Ao acessar o sistema o usuário vai poder acompanhar o andamento da solicitação até seu fechamento, por meio do número de protocolo. A UMF tem o prazo máximo de 20 dias para solucionar ou responder à solicitação, de acordo com meta interna do TJMA.

O pedido é feito com o fornecimento de dados pessoais e informações acerca do processo ou relato do caso a ser analisado. Caso se trate de questão que não seja da competência do Judiciário, a UMF encaminhará a solicitação à Secretaria Estadual de Justiça (SEJAP) ou outro órgão competente.

De acordo com o coordenador geral da unidade, desembargador Froz Sobrinho, o novo serviço ajuda o cidadão ou autori-

dades no acompanhamento de processos, servindo ainda como intermediário entre o Judiciário e as partes ou familiares, que muitas vezes não compreendem os procedimentos jurídicos relacionados ao sistema prisional.

"Os pedidos e denúncias serão cadastrados no sistema de forma sigilosa, garantindo a segurança dos usuários", informa o coordenador executivo da UMF, Ariston Apoliano Júnior.

SIGILO - O diretor de Informática do TJMA, Jorge Oliveira, explica que sistema foi especificado e desenvolvido pelo próprio corpo técnico do Tribunal de Justiça e atende aos padrões de desenvolvimento, suporte operacional, segurança da informação, interoperabilidade e outros procedimentos técnicos recomendados pelo Comitê Nacional de Gestão de Tecnologia da Informação e Comuni-

cação do Poder Judiciário, aprovados pela Comissão de Tecnologia e Infraestrutura do CNJ.

"A iniciativa está alinhada aos objetivos estratégicos da gestão da presidente do Tribunal de Justiça, desembargadora Cleonice Freire, incluindo-se entre a as medidas para aprimorar a comunicação com o público externo, facilitar o acesso à Justiça e promover a cidadania", afirma Jorge Oliveira.

O sistema foi especificado e desenvolvido pela equipe técnica do TJMA, atendendo aos padrões de desenvolvimento, suporte operacional, segurança da informação, interoperabilidade e outros recomendados pelo Comitê Nacional de Gestão de Tecnologia da Informação e Comunicação do Poder Judiciário. A iniciativa tem aprovação da Comissão de Tecnologia e Infraestrutura do CNJ.

JUDICIÁRIO

TJMA presta homenagens

O Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) homenageou 21 pessoas, dentre autoridades, servidores e outros colaboradores do Judiciário, durante solenidade comemorativa dos 201 anos de instalação da Corte ontem. Foram entregues aos agraciados a Medalha dos Bons Serviços Bento Moreira Lima, a Medalha do Mérito Judiciário Desembargador Antônio Rodrigues Vellozo e a Medalha Especial do Mérito Cândido Mendes.

A presidente do TJMA, desembargadora Cleonice Freire, presidiu a sessão solene que lotou a Sala das Sessões Plenárias. A Medalha Antônio Rodrigues Vellozo, concedida a magistrados, membros do Ministério Público, advogados, deputados estaduais e federais, serventuários ou outras personalidades de comprovada idoneidade moral e reconhecido merecimento, aferido pela prática de atos ou serviços relevantes em favor do Judiciário, foi entregue a 18 pessoas.

“É uma data para refletir e re-assumir o compromisso de lutar



Lourival Serejo entregou a honra ao juiz Ricardo Felipe e a Natalino Salgado

por um Judiciário cada vez mais forte, independente e autônomo, voltado para o cidadão e comprometido com as causas sociais”, disse a presidente.

Os desembargadores que propuseram os nomes dos homenageados foram os responsáveis pela entrega das comendas e respectivos diplomas. Kleber Carvalho entregou às procuradoras de justiça Regina de Almeida Rocha e Terezinha Guerreiro.

Jorge Rachid homenageou o procurador do Estado Carlos Santana Lopes e o advogado Adroal-

do Souza. Marcelo Carvalho Silva entregou a medalha ao deputado federal Domingos Dutra e à servidora Malvina Pereira da Costa.

Cleones Cunha entregou à juíza aposentada Maria da Conceição Mendonça, enquanto o decano Bayma Araújo fez a entrega ao médico e empresário Antonio Leite Andrade. Lourival Serejo homenageou o juiz federal Ricardo Felipe Macieira e o reitor da UFMA, Natalino Salgado Filho.

A presidente Cleonice Freire entregou a medalha e o diploma ao deputado Arnaldo Melo. Paulo

Velten entregou ao advogado Ítalo Azevedo, enquanto Angela Salazar homenageou a promotora de justiça Sirlei Rodrigues e a tabelã Maria Ester Sampaio.

Maria das Graças Duarte fez a entrega ao procurador de justiça aposentado Daniel Ribeiro da Silva e ao advogado João Batista Sandes.

A vice-presidente Anildes Cruz entregou ao coronel da PM Francisco Jeferson Araújo Teles. A corregedora-geral Nelma Sarney fez a entrega à procuradora de justiça Mariléa Campos dos Santos, homenagem esta proposta pelo desembargador Jamil Gedeon.

Já a Medalha Bento Moreira Lima foi concedida aos juízes Kariny Pereira Reis e Rodrigo Costa Nina, que completaram dez anos de exercício na magistratura. Os dois receberam a comenda das mãos da desembargadora Nelma Sarney.

Por fim, a desembargadora Maria das Graças Duarte entregou a Medalha Cândido Mendes a Clay Lago, viúva do ex-governador Jackson Lago, homenageado in memoriam.

TJ homenageia

Nas comemorações dos 201 anos de fundação, ontem, 21 personalidades políticas, jurídicas e funcionários do próprio Judiciário foram condecorados com medalhas, nas três categorias previstas no cerimonial da Corte, por relevantes serviços prestados nas áreas em que atuam.

Data para refletir

A presidente do TJMA, desembargadora Cleonice Freire, disse que aquelas pessoas fizeram jus ao reconhecimento. “É uma data para refletir e reassumir o compromisso de lutar por um Judiciário cada vez mais forte, independente e autônomo, voltado para o cidadão e comprometido com as causas sociais”, discursou a presidente.

Exposição fotográfica vai ser aberta no Fórum Sarney Costa

Está marcada para as seis da tarde desta quinta-feira (6), no Fórum Sarney Costa, a abertura da I Exposição Fotográfica Integração e Cidadania. A solenidade de abertura vai contar com o Diretor do Fórum de Justiça de São Luís, juiz Osmar Gomes dos Santos e, na oportunidade, a apresentação de um grupo de chorinho da Escola de Música do Estado do Maranhão e um coquetel.

A mostra consiste na exposição de fotos de 17 fotógrafos profissionais e amadores maranhenses e tem a finalidade de fomentar nossa arte junto à comunidade jurídica. O evento tem o apoio da Corregedoria Geral da Justiça. Participarão da mostra: Alberto Jorge Ferreira, Alexandre Braule, Emannuely Luz, Luana Gomes, Maria Thereza Gomes, Mauricio Vieira, Mônica Ramos, Rosane Mousinho, Thiago Ramos, Lorena Borba, Luis Marcelo Lord, Luiz Pires, Maurício Vieira, Vanessa Serra, Débora de Santalúcia e Raimunda Pinheiro. O desembargador do Tribunal do Justiça do Maranhão, Lourival Serejo, também integrará a exposição. Cada fotógrafo vai expor entre cinco e três fotos.

A entrega das obras – impressas e prontas para a exposição – foram feitas durante a terça (4), na Biblioteca Des. Juvenil Amorim Ewerton, localizada no térreo do



Fórum de São Luís, no Calhau. A exposição fotográfica ficará em cartaz até o dia 5 de dezembro de 2014.

Inscrições - As inscrições para exposição foram abertas no final do mês de setembro, por meio do Edital 02 / 2014, da Diretoria do Fórum Desembargador Sarney Costa. De acordo com o edital, participam fotógrafos profissionais e amadores, com direito a inscrever até 10 trabalhos de sua autoria (própria ou compartilhada).

Embora seja uma exposição de tema livre, no ato da inscrição os interessados precisavam atentar para o conteúdo das fotografias, não sendo aceitas obras produzidas com materiais perecíveis, adulteráveis, que prejudiquem a apresentação de outros trabalhos ou que comprometam a integridade física do local, das instituições e dos servidores envolvidos na exposição.

Conforme o edital, também não são aceitas obras com conteúdo considerado inapropriado, que contenham temas com manifestações sexuais, discriminatórias ou, ainda, que atentem contra o pudor público e contra o decoro exigido no ambiente da administração pública.

Para o juiz Osmar Gomes, "as atividades artísticas que acontecem no Fórum Desembargador Sarney Costa decorrem da parceria entre a Diretoria e a Corregedoria da Justiça do Maranhão e têm a finalidade de promover um ambiente harmonioso. Outro objetivo é valorizar as cerca de 6 mil pessoas que circulam diariamente no prédio dentre operadores do Direito e a população em geral, que também podem participar da mostra", concluiu.

Editora Globo deverá indenizar clientes de São Luís por prática abusiva

A Editora Globo foi condenada ao custeio de passagens aéreas ou pagamento de indenização correspondente, além de dano moral, a clientes de São Luís que participaram das promoções da editora “Assinou, Viajou” e “Vem Voando Assinar” e deixaram de receber as passagens conforme o prometido nas ações. A decisão é da 1ª Câmara Cível, que manteve sentença da 4ª Vara Cível de São Luís.

A Promotoria de Defesa do Consumidor ajuizou ação civil pública contra a Editora Globo, afirmando que recebeu várias

denúncias de clientes que teriam participado das promoções divulgadas nacionalmente. Elas consistiam na obtenção de passagens aéreas para qualquer lugar do país pela companhia Transbrasil, como brinde pela assinatura conjunta das revistas “Quem” e “Época” em dezembro de 2001.

Segundo os clientes, as passagens não puderam ser utilizadas porque a companhia deixou de operar na cidade e a empresa não providenciou a substituição, o que teria configurado prática abusiva conforme o Código de Defesa do Consumidor (CDC).

A Editora recorreu negando o prejuízo econômico dos clientes e alegando a inexistência de ato ilícito passível de indenização, por culpa exclusiva de terceiro, uma vez que teria confiado na aparente e notória idoneidade da companhia aérea sem poder prever a falência.

• Já está tudo pronto para a capital baiana receber a 67ª edição do Encontro de Corregedores dos Tribunais de Justiça do Brasil (Encoge) nos próximos dias 12, 13 e 14. Com o tema “Desafios e perspectivas para uma Justiça célere e acolhedora”, corregedores vão debater importantes assuntos relacionados à prestação dos serviços da Justiça.

- Está marcada para as seis da tarde desta quinta-feira (6), no Fórum Sarney Costa, a abertura da I Exposição Fotográfica Integração e Cidadania. A solenidade de abertura vai contar com o Diretor do Fórum de Justiça de São Luís, juiz Osmar Gomes dos Santos e, na oportunidade, a apresentação de um grupo de chorinho da Escola de Música do Estado do Maranhão e um coquetel.

- A mostra consiste na exposição de fotos de 17 fotógrafos profissionais e amadores maranhenses e tem a finalidade de fomentar nossa arte junto à comunidade jurídica.

Justiça ameaça decretar intervenção na SMTT

Juiz adverte que Prefeitura de São Luís poderá ser punida se não fizer licitação do transporte público

NELSON MELO

O juiz titular da 4ª Vara da Fazenda Pública de São Luís, Cícero Dias de Sousa Filho, afirmou nesta terça-feira (4), que poderá decidir pela intervenção na Secretaria Municipal de Trânsito e Transportes (SMTT) a partir da próxima terça-feira (11). A decisão será tomada caso a Prefeitura de São Luís não realize o processo licitatório para o transporte público, já formalizado num Termo de Ajustamento de Conduta (TAC).

De acordo com o magistrado, que concedeu entrevista no Fórum Sarney Costa, no Calhau, o Poder Executivo municipal tem até a próxima sexta-feira (7) para deflagrar a licitação para concessão das linhas de transporte de passageiros da capital maranhense. O objetivo, segundo o titular da 4ª Vara da Fazenda Pública, é melhorar o sistema coletivo da cidade, por meio da análise das empresas já atuantes no ramo e a participação de outras. Após esta etapa, será realizado o pregão.

Cícero Dias explicou que, se o Município não se posicionar acerca do cumprimento do primeiro item descrito no TAC, um inter-

ventor será nomeado por ele para “forçar a licitação”, gerindo a pasta da SMTT apenas nesse quesito. A pessoa escolhida, porém, seria alguém de confiança e com conhecimento técnico específico do setor de transporte.

Nessa situação, o indicado teria autonomia semelhante à de um secretário municipal. Este, contudo, permaneceria no cargo, apenas exercendo funções sem qualquer relação com o processo licitatório. Conforme salientou o juiz, o prazo para o cumprimento do TAC já foi renovado três vezes, por 180 dias cada período, desde 2010, quando o Ministério Público (Defesa do Consumidor) entrou com uma ação civil pública na Vara presidida por Cícero Dias.

Em novembro do ano seguinte, houve a formalização do Termo de Ajustamento de Conduta, sendo que a SMTT “assumiu o compromisso de realizar a licitação em seis meses”, nas palavras do magistrado. Desde o dia 22 de outubro, por descumprimento do TAC, já vem sendo aplicada uma multa de R\$ 20 mil por dia à prefeitura, o que já soma, até o momento, mais de R\$ 800 mil. A Prefeitura já teria solicitado um relatório ao Sindicato das Empresas de Trans-



O JUIZ CÍCERO Dias de Sousa Filho concede entrevista à imprensa, no Fórum do Calhau

portes de Passageiros de São Luís (SET) mostrando quais empresas do consórcio poderiam concorrer no pregão.

Além disso, foi feito o aviso de licitação e, também, enviado à Câmara Municipal o projeto de lei prevendo o novo marco regulatório do transporte público. Ademais, outro ponto firmado no TAC, relacionado à identificação biométrica de passageiros, estaria em fase de teste em oito ônibus da capital maranhense.

Outro lado – Questionada sobre as declarações do juiz, a Prefeitura de São Luís, por meio da Secretaria Municipal de Comunicação (Secom), respondeu que o Município “aguardará a notificação oficial para se manifestar nos autos dentro do prazo legal”.